

# Japuira está ameaçada

Antropólogo colabora com os invasores, que ameaçam, mas lideranças dos Kikbaktsa reagem e exigem a conclusão da demarcação. Funai diz que não reconhece as pretensões dos fazendeiros e pode mandar a Polícia Federal



Railda Herrera



Eduardo Leão



Eduardo Leão

Istma, Albano e Adalberto estiveram em Brasília para denunciar ao presidente da Funai a ameaça dos fazendeiros ao território de Japuira

Delimitados a 28 de novembro de 1985, os 148.500 hectares da Área Indígena Japuira, no município de São José do Rio Claro (MT), habitada pelos Rikbaktsa, ou Canoeiros, correm o risco de ser reduzidos. O antropólogo Miguel Vicente Foti, contratado pelos oito fazendeiros que ocupam ilegalmente o sul e o sudeste do território indígena, está propondo que os Rikbaktsa desistam da área invadida. Do contrário, ameaça ele, "os fazendeiros vão entrar na Justiça", pois eles "são poderosos e têm grande amizade com Sarney, Costa Couto...". Se não desistirem, continua Miguel, "vocês vão perder o que resta. É dar a mão para não perder o braço". O aviso foi dado no dia 23 de março, quando o antropólogo esteve na área indígena.

A resposta dos Rikbaktsa veio no dia 22 de abril. Nesse dia, Istma, Albano e Adalberto, lideranças indígenas, estiveram com Romero Jucá Filho, presidente da Funai, e afirmaram que, enquanto o processo de demarcação não chegar ao fim, "não tem papo com ninguém". Segundo Albano, o presidente do órgão tutor afirmou que o laudo emitido pelo antropólogo Miguel Vicente Foti para justificar a redução do território indígena não é reconhecido pela Funai, e, diante de qualquer ameaça dos fazendeiros, a Polícia Federal seria enviada à área.

Se os Rikbaktsa concordassem com a proposta dos fazendeiros, eles perderiam aproximadamente 10% de seu território. Miguel Vicente Foti justifica essa perda.

No laudo antropológico elaborado a pedido dos invasores, ele alega que durante a delimitação da Área Indígena Japuira não foi observado que os limites sul e sudeste do território, onde estão os oito fazendeiros, são de difícil localização, uma vez que no período da seca alguns córregos desaparecem e na época das águas eles se misturam. Foti propõe uma picada como novo limite, no lugar desses córregos tão "instáveis", deixando de fora a área invadida.

O antropólogo afirma ainda que toda aquela área, mais exatamente o alto do córrego Sararé e toda a extensão do córrego Sujo ou Marcolino, não é área de perambulação indígena. Segundo alega, os Rikbaktsa dizem que "ali não vão para não provocar atrito com o

pessoal das fazendas". Ora, se eles não utilizam essas terras, é porque estão invadidas pelos fazendeiros.

Ainda para justificar a redução da área indígena, Miguel Vicente Foti aponta as benfeitorias implantadas. Em termos jurídico-legais, porém, a alegação não tem a menor procedência. O que deve ser feito, sim, é a retirada imediata dos invasores.

E por fim, o antropólogo diz que, se os fazendeiros entrarem com uma ação judicial, os trabalhos de demarcação da área indígena serão suspensos. Outro equívoco. Salvo expressa determinação judicial, qualquer ação dos invasores não poderia suspender os trabalhos de legalização do território rikbaktsa.